

**PROJETO BRAGUAY E UMA PROPOSTA DE
RE-SIGNIFICAÇÃO DA FRONTEIRA:
DO LIMITE À INTEGRAÇÃO**

**BRAGUAY PROJECT AND A PROPOSAL
FOR REMEANING THE BORDER:
FROM LIMIT TO INTEGRATION**

Sara dos Santos Mota*

RESUMO: Adotando os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, desenvolvemos uma análise procurando apreender alguns dos possíveis efeitos de sentido produzidos por enunciados presentes na Revista digital *De Rivera*, proferidos pelos criadores do projeto cultural *Braguay* que vêm sendo desenvolvido na região fronteira de Livramento-Rivera (Brasil-Uruguai). Procuramos mostrar como o discurso proferido por seus organizadores pretende promover um deslocamento na maneira como a *fronteira* é entendida, re-significando-a, tentando apagar sentidos outros.

Palavras-chave: discurso, fronteira, re-significação.

ABSTRACT: By adopting the theoretical presuppositions from the French Discourse Analysis we have developed an analysis in order to apprehend some of the possible effects of sense in statements from the digital magazine *De Rivera* written by the founders of the cultural project *Braguay* which has been developed in the bordered region of Livramento-Rivera (Brazil-Uruguay). We tried to show how their discourse intends to promote a displacement in the way how the border is understood, remeaning it and trying to erase other senses.

Key-words: discourse, border, remeaning.

INTRODUÇÃO

Tendo como base os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, pretendemos analisar os efeitos de sentido produzidos por alguns enunciados presentes na Edição n. 170 da Revista digital *De Rivera* (www.derivera.com.uy), na qual os criadores do empreendimento cultural intitulado *Braguay* explicitam quais os objetivos das atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo projeto na região fronteira de Livramento-Rivera, respectivamente situadas ao sul do Brasil e ao norte do Uruguai.

Através da análise a ser realizada, pretendemos apreender alguns dos possíveis

* Mestranda do programa de Pós-graduação em Letras (PPGL/UFSM).

efeitos de sentido constituídos em enunciados veiculados na referida revista digital e como o discurso proferido por seus organizadores pretende promover um deslocamento na maneira como a *fronteira* é entendida, resignificando-a e tentando apagar sentidos outros, ignorando a relação com diferentes discursos. Para tal, necessitamos mobilizar alguns conceitos da Análise de Discurso que nos ajudarão a compreender o processo que envolve a constituição dos sentidos, tais como Discurso, Memória, Formações Imaginárias, Simbólico, Esquecimentos, bem como outros que sejam pertinentes para a efetivação de nosso gesto de interpretação.

1 A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO DISCURSO DE *BRAGUAY*

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiramente, para compreendermos como o discurso dos idealizadores do projeto *Braguay* produz diferentes efeitos de sentido, é importante explicitar a partir da orientação teórico-metodológica que assumimos, a forma como entendemos o *discurso*. Segundo Orlandi (2005, p.21), “o discurso é efeito de sentido entre locutores”. Sendo assim considerado, não deve ser visto como mera transmissão de informações, e sim, como um “lugar” onde os sujeitos se constituem e os sentidos são produzidos. Para Pêcheux (1997, p.179), “o discurso é concebido como um processo social”, cuja base é materialmente constituída pela língua, espaço onde se realizam efeitos de sentido.

Ainda, para que um discurso se materialize, é necessário que seja produzido em determinadas circunstâncias, ou seja, certas *condições de produção*. Seguindo o exposto por Orlandi (2005, p.30), as condições de produção abarcam, se tomadas estritamente, as “circunstâncias da enunciação”, ou seja, “o contexto imediato”. Consideradas em sentido amplo, compreendem o “contexto sócio-histórico, ideológico”.

Ao tomarmos o discurso dos criadores do projeto *Braguay*, para que possamos apreender possíveis efeitos de sentido a ele atribuídos, outra noção da Análise de Discurso faz-se de extrema importância, pois é fundamental para que qualquer discurso signifique: a *memória discursiva*. Para que um enunciado possa fazer sentido, necessariamente deve aludir a uma memória discursiva. Conforme Pêcheux (1999, p.50), a memória é entendida como

[...] estruturação da materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Assim, o discurso se estrutura num jogo duplo de repetição e regularização. Uma dada sequência discursiva ao repetir-se cria um “efeito de série” (PÊCHEUX,

1999, p.50) e a partir dele, o início de uma regularização onde os implícitos se alocam, para então serem “acionados” através da memória discursiva na produção de sentido. Segundo as reflexões de Orlandi (2005, p.31), a memória pensada em relação ao discurso é tratada como Interdiscurso, isto é, definida como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. É aquilo que possibilita todo dizer, retornando “sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”.

Interessa-nos, para a questão que propomos compreender, sobretudo, esta relação estabelecida entre discurso e memória, pois pretendemos considerar o efeito produzido por outros dizeres sobre aqueles que iremos analisar, e a forma como incidem no processo no qual os sentidos se produzem, “dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2005, p.31). Assim, a memória é um espaço onde sentidos se entrecruzam, podendo irromper no discurso, quando este se materializa na língua. Essas questões nos remetem aos “dois modos de existências do discurso” (COURTINE, 1981, p.38). O discurso existe em uma dimensão vertical, na forma de “pré-construídos”, “já-ditos”, construções anteriores que compõem uma memória discursiva (*Interdiscurso*) e, também, no nível do *Intradiscurso*, na verticalidade, no interior de um sintagma, ao ser formulado por um sujeito, sob a forma de um “enunciado discursivo” (INDURSKY, 1993, p.102).

Passamos então, a tratar do *sujeito* em Análise de Discurso. Segundo Pêcheux (1997, p.52), o sujeito se constitui por meio de “evidências subjetivas”, produzidas pelo funcionamento da ideologia e do inconsciente. Conforme o autor, recuperando as palavras de Althusser, as evidências que constituem o sujeito aproximam-se da “evidência do sentido”, isto é, a de que a linguagem é transparente. É então pela interpelação que o “sujeito é chamado à existência”, é a Ideologia que interpela os indivíduos em sujeitos (PÊCHEUX, 1997, p.55).

Para que o sujeito possa produzir um discurso, é necessário que interfiram dois tipos de *esquecimentos*. Estes esquecimentos vão determinar a forma como os sentidos são constituídos no discurso. O esquecimento *nº1*, “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, encontrar-se fora da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1997, 173). Segundo Orlandi (2005, p.35), este primeiro esquecimento “resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia”, fazendo com que tenhamos a ilusão de ser a origem do dizer, ou seja, que o que dizemos ainda não foi dito por ninguém, nos faz acreditar que as palavras significam exatamente da maneira como desejamos. Assim, esquecemos que o dizer que proferimos já foi dito em outro lugar, e significado de forma diferente. Esquecemos que tais sentidos já dados determinam aquilo que queremos dizer. Este esquecimento é, pois, da ordem do inconsciente.

Já o esquecimento *n. 2*, parcial e semi-consciente, manifesta-se na ordem da enunciação e tem a ver com a escolha das palavras. É aquele pelo qual “todo sujeito falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina [...] um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que

poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada” (PÊCHEUX, 1997, p.153). Ao dizermos algo com certas palavras e não outras, é como se estivessem ocultas em nosso dizer as palavras que não escolhemos e com as quais poderíamos ter dito o mesmo, isto é, possíveis “paráfrases”. Desse modo, quando queremos especificar aquilo que estamos dizendo, podemos utilizar estas paráfrases para tentar determinar o que queremos significar, através do retorno sobre o fio do discurso (PÊCHEUX, 1997, p.174). É a chamada “ilusão referencial”, que “nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo”. Assim, através destes esquecimentos, temos a ilusão de controlar os sentidos daquilo que produzimos no discurso (ORLANDI, 2005, p.35).

Como vimos, o sujeito sempre produz seu discurso dentro de uma determinada *Formação Discursiva* (FD), que o domina. Adotamos a definição apresentada por Pêcheux (1997, p.60), na qual a FD é “aquilo que, numa formação ideológica¹ dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]”. O funcionamento da FD cumpre papel importante na constituição do sentido, pois, “as palavras, expressões, proposições, etc. recebem seu sentido na formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 1997, p.160). Portanto, o sentido de um enunciado não é sempre o mesmo, pois pode ser produzido em diferentes FDs, por diferentes sujeitos. Para Orlandi (2004, p.60), “o sentido sempre pode ser outro e o sujeito (com suas intenções e objetivos) não tem controle daquilo que está dizendo”.

Considerando a definição de discurso que explicitamos mais acima, “efeitos de sentido entre locutores”, parece-nos pertinente retomar as palavras de Orlandi (2002) ao tratar dos fatores que determinam o funcionamento das condições de produção sob as quais um discurso é produzido. Interessa-nos, particularmente, a noção de *Formações Imaginárias* que atua através do mecanismo da antecipação, “todo o sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras” (ORLANDI, 2005, p.39), de “antecipar seu efeito” (PÊCHEUX, 1997, p.174). Assim, aquele que fala projeta uma imagem de seu interlocutor, que, por sua vez, possui uma imagem daquele que lhe fala. Dessa forma, aquilo que é dito e a maneira como produz efeitos de sentido está determinada por essas imagens que os sujeitos no discurso fazem de si e dos outros, pois os sujeitos organizam os discursos e suas estratégias discursivas a partir das formações imaginárias. Desse modo, as formações imaginárias funcionam como projeções das posições ocupadas pelos sujeitos no discurso. Para que possa falar e ser compreendido, o sujeito deve ocupar uma posição no discurso, uma *posição-sujeito* (por ex: aluno, professor, padre, etc.) que representa o lugar a partir de onde ele fala, sendo uma imagem deste lugar, uma projeção (ORLANDI, 2005, p.39-40).

Partindo dos pressupostos teóricos apresentados, buscamos entender como se dá o processo de re-significação de *fronteira* tomando o discurso do projeto *Braguay* e, através de um exercício analítico, pretendemos mostrar, a partir de formulações,

¹ Encontra-se definida em Pêcheux (1997, p.160).

alguns dos efeitos de sentido produzidos em outros discursos e que, provavelmente, venham a ecoar nos enunciados discursivos que tomaremos em nossa análise. Ainda, antes de proceder à nossa análise, trazemos as reflexões de Orlandi (2005, p.15) ao falar do caráter mediador da linguagem enquanto prática discursiva, aproximando “homem e a realidade natural e social”. Em consonância com a autora, procuramos compreender a língua “fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história”. Conforme a linguista (2004, p.64), “Face a qualquer objeto simbólico o sujeito se encontra frente à necessidade de ‘dar’ sentido”, o que é feito pelo discurso. Desse modo, adotando o dispositivo teórico-analítico da AD, apresentaremos nosso gesto de interpretação, procurando “explicitar o modo como o sujeito produz sentidos, o que resulta em saber que o sentido sempre pode ser outro” (ORLANDI, 2004, p.64).

1.2 FRONTEIRA: UM ESPAÇO DE SENTIDOS CONTRADITÓRIOS

Conforme mencionado anteriormente, tomamos como nosso objeto de análise o discurso do projeto *Braguay*. Iniciamos delineando suas condições de produção. Trabalharemos alguns enunciados veiculados em reportagens que integram a Edição n. 170 da revista digital intitulada *De Rivera*, (disponível na *web* no site www.derivera.com.uy) nas quais os criadores do projeto, de caráter cultural e artístico, manifestam-se sobre os princípios que norteiam as atividades que vêm desenvolvendo na região fronteira de Livramento-Rivera. O periódico, publicado com frequência variável, dirige-se aos sujeitos que, de algum modo, se interessam por assuntos referentes à mencionada fronteira, sobretudo, àqueles que a habitam. O território fronteiro a que aludimos, espaço onde o projeto *Braguay* está sendo instituído, refere-se às cidades de Livramento e Rivera, situadas respectivamente ao sul do Brasil e ao norte do Uruguai, separadas apenas por pequenos marcos (construções que sinalizam o limite entre os dois países), formando uma linha divisória imaginária. Além disso, não há nenhum obstáculo legal ou geográfico que impeça seus habitantes de movimentar-se livremente entre os dois municípios, permitindo que haja uma estreita relação cultural, social e comercial entre seus moradores, característica peculiar do cotidiano dessa fronteira. Esse universo fronteiro está simbolizado, entre outras práticas discursivas, pelo/no discurso produzido pelos idealizadores do projeto *Braguay*.

A sequência discursiva apresentada a seguir, foi retirada de uma reportagem (Edição n. 170), na qual um dos integrantes da equipe criadora de *Braguay*, ocupando um lugar no discurso que vamos chamar de posição-sujeito-integrante, diz sobre as contribuições trazidas pelo projeto. Assim, é desta posição no discurso que produz a seguinte sequência discursiva:

SD² [1] - *Creemos que este tipo de iniciativas contribuye a abundar en el conocimiento de los procesos de integración vividos en la zona [...] podemos afirmar que desde un enfoque*

² SD – sequência discursiva.

*más moderno de las relaciones internacionales, los actores ejercieron y ejercen una función complementaria de las relaciones internacionales a través del comercio, las interdependencias en diferentes ámbitos de sus habitantes, la religión, etc., lo que ha convertido a esta frontera en una ámbito de integración real, de encuentro y no de separación.*³

Considerando esta primeira sequência percebemos um sujeito que fala em nome de uma voz coletiva (*Creemos; podemos*), projetada no discurso a partir da posição que ocupa. O enunciado discursivo a partir do qual desenvolveremos nossa análise (E1), recortado da SD [1], é o seguinte:

[E1] lo que ha convertido a esta frontera en una ámbito de integración real, de encuentro y no de separación.

Tomando, primeiramente, esse discurso em seu nível Intradiscursivo, isto é, no nível da formulação, do enunciado, no qual trabalhamos, percebemos a tentativa do sujeito de determinar os sentidos daquilo que diz (manifestando estar afetado pelo esquecimento n. 2). No E1 em questão, vemos que o sujeito tenta permitir em seu dizer certos sentidos, em detrimento de outros. Pois, ao utilizar o advérbio de negação *no*, tenta impedir que a fronteira seja compreendida também como separação, o que instauraria uma contradição em seu dizer. Segundo Orlandi (2005, p.90), uma marca como a negação, considerada enquanto propriedade discursiva pelo analista, aponta a anterioridade de um discurso que afirmaria o que está sendo negado. Assim, tem-se a ilusão de que fronteira significará apenas como *um espaço de integração, de encontro*, apagando o sentido de *separação*. Este recurso, utilizado pelo locutor, institui-se como um mecanismo de antecipação, posto que a imagem que faz daquele que lhe ouve (*formações imaginárias*), seu interlocutor, o leva a regular seu discurso. Vemos como esse sujeito, ao dirigir seu discurso àqueles que habitam a fronteira, os antecipa como possivelmente afetados por uma memória que incluiria o sentido de fronteira como *algo que separa*. Daí a necessidade de negá-lo em seu discurso.

É justamente com a contradição que iremos trabalhar, pois considerando que o sujeito não tem o controle daquilo que diz e que o sentido sempre pode ser outro (ORLANDI, 2004, p.60), procuramos mostrar que este enunciado (E1) se relaciona a outros, confrontando efeitos de sentido que passam a integrar a forma como fronteira significa. De acordo com Indursky (2003, p.102), “um discurso não existe de forma isolada, ele estabelece relação com outros discursos”. Para mostrar como estas relações ocorrem, trabalharemos o outro modo de existência do discurso, no nível do Interdiscurso.

A partir das palavras desta autora, segundo a qual “um enunciado faz trabalhar a memória” (INDURSKI, 2003, p.104), trazemos para nossa análise enunciados que

³ Acreditamos que este tipo de iniciativas contribui para aprofundar o conhecimento dos processos de integração vividos na região [...] podemos afirmar que desde um enfoque mais moderno das relações internacionais, os agentes exerceram e exercem uma função complementar das relações internacionais através do comércio, as interdependências em diferentes âmbitos de seus habitantes, religião, etc., o que transformou esta fronteira em um âmbito de integração real, de encontro e não de separação [tradução nossa].

são convocados pelos efeitos de sentido produzidos por E1. Desse modo, partimos das definições trazidas no Dicionário Aurélio para *fronteira*, por considerarmos como um instrumento linguístico de registro da palavra no qual o sentido é dado como evidente, em que há uma ilusão de completude da língua, um apagamento de sua opacidade (ORLANDI, 2004). Ou seja, um lugar onde o sujeito é tomado pela ilusão que todos os sentidos possíveis para *fronteira*, estão lá, já-dados. Assim, temos:

fronteira. [F. subst. do adj. *fronteiro*] S.f. **1.** Limite (1) de um país ou território extremo onde confina com outro: \blacksquare *demarcação de fronteiras*. **2.** A região adjacente a este limite: \blacksquare *Cidade de fronteira*. **3.** Fig. V. limite (6): \blacksquare *Está chegando às fronteiras da loucura*. **4.** Extremo, fim, termo. [V. *limite* (3).] **5.** Fís. Limite material de um sistema; separação de um sistema e o seu exterior. **6.** Mat. O conjunto dos pontos-fronteira de um conjunto: contorno. \blacklozenge **Fronteira agrícola.** Econ. Limite da área de exploração agrícola: \blacksquare *A fronteira agrícola no Brasil expandiu-se para o Oeste, nas últimas décadas*. **Fronteira de acumulação.** V. *fronteira viva*. **Fronteira de tensão.** V. *fronteira viva*. **Fronteira esboçada.** Tipo de fronteira (1) simplesmente desenhada sobre um mapa, não correspondendo a seu traçado a nenhuma adaptação passiva do homem ao meio nenhuma adaptação ativa do Estado a que pertence. **Fronteira morta.** Tipo de fronteira (1) que passou de viva à categoria das linhas tranquilas, desde que cessou a tensão existente. **Fronteira termodinâmica.** Met. Região da atmosfera, a cerca de 160 km de altitude, além da qual a rarefação da atmosfera é tão grande que o movimento de um objeto, ainda que em grande velocidade, não gera calor apreciável. **Fronteira viva.** Tipo de fronteira (1) resultante de lenta evolução histórica e ficada através de choques ou de lutas armadas; fronteira de acumulação, fronteira de tensão.

Como podemos observar, as definições apresentadas para fronteira a fazem significar em uma relação de oposição, em que a fronteira representa aquilo que separa, aquilo que marca a distinção entre dois territórios. A fronteira é o ponto que sinaliza a existência de territórios distintos, e sua proximidade, instaurando uma relação de alteridade. Ao ser definida como limite é também algo que não se pode ultrapassar, o fim de um espaço, e o início de outro. Representa, ao mesmo tempo, uma região que se reconhece por estar nessa relação confinante. Para dar continuidade a nossas reflexões, apresentamos também as definições dicionarizadas de *Limite*.

limite. [Do lat. Limite; por via erudita.] S.m. **1.** Linha de demarcação; raia: \blacksquare *A bola caiu bem no limite do campo*. **2.** Linha real ou imaginária que separa dois terrenos ou territórios contíguos; estrema, baliza divisa, fronteira: \blacksquare *marcar os limites da propriedade; Acidentes geográficos muitas vezes constituem o limite de regiões de países*. **3.** Parte ou ponto extremo; fim, termo: \blacksquare *Os antigos pensavam que o mar se estendia sem limites; Este assunto não tem limite*. **4.** Extremo longínquo,

confirm: *▮Mora nos limites da serra.* 5. Momento, data, época, etc., que marca o começo e /ou o fim de um espaço tempo: *▮os limites de um período; limite de idade.* 6. Ponto que não se deve ou não se pode ultrapassar: fronteira; raia: *▮Paciência tem limite; Foi além do limite de suas forças.* [Sin., nas acepç. 1 a 6: *linde, linda*]

Analisando os efeitos de sentidos movimentados pelas formulações encontradas na definição de fronteira e confrontando com as formulações que determinam o que é *limite*, vemos que parece haver uma correlação entre os efeitos de sentido que produzem, posto que, limite irá significar também como aquilo que marca o fim e o início de dois territórios que estão estabelecidos contiguamente, sinalizando uma relação de oposição, isto é, determinando o reconhecimento da existência de dois objetos diferentes, já que, o limite só existe onde há elementos que se distinguem. Conforme Hissa (2002, p.19),

[...] o limite é algo que se insinua entre dois ou mais mundos, buscando sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não pode permanecer ligado. O limite insinua a presença da diferença e sugere a necessidade da separação.

Desse modo, ao ser significada como limite, a fronteira não só instaura a separação entre dois territórios, mas também, implica numa diferenciação que é social; pressupõe a presença de um *outro*, do qual um *eu* que habita em um dos lados da fronteira se reconhece como distinto, como diferente.

Assim, ao tentar apagar os sentidos de fronteira enquanto limite, tenta apagar também uma história de litígios que ocorreram antes da segunda década do século XIX, época da formação dos Estados nacionais uruguaio e brasileiro em que entravam em disputa, por parte da Espanha e Portugal, o atual território fronteiriço, onde hoje se localizam as cidades de Livramento e Rivera. Para que as linhas demarcatórias fossem traçadas e as fronteiras definitivamente estabelecidas, houve um longo processo diplomático e bélico para defini-las que se estenderam até o período de formação das fronteiras geopolíticas brasileiras no século XVIII. A fronteira era, então, um espaço a ser controlado e defendido pelos Estados, que criavam mecanismos de proteção de sua soberania territorial, com a instituição de postos militares e barreiras de fiscalização do comércio de mercadorias. A fronteira, neste caso, era significada como um lugar de disputas, de conflitos, de embates entre nações diferentes que visavam mostrar sua soberania. Segundo Sturza (2006, p.28), “tais disputas se pautavam por uma divisão entre dois mundos: o mundo português e o mundo hispânico. E por duas línguas nacionais: a portuguesa e a espanhola”. Portanto, os sentidos evocados pelos *já-ditos*, os *pré-construídos* que permitem que *fronteira* signifique, constituindo uma memória discursiva, incluem sentidos que a fazem significar como um lugar marcado pela separação, pela diferença, simbolizadas também no linguístico pela oposição entre as duas línguas nacionais, o Português e o Espanhol.

Por outro lado, vemos a partir de [E1] que o sujeito marca em seu discurso a existência de um processo no qual esta fronteira transformou-se em um espaço de

integração real, de encontro. De acordo com Hissa (2002, p.34) “fronteira movimentada a reflexão sobre o contato e a integração”, por isso, parece-nos importante ver, historicamente, como a fronteira passou a significar também *integração*, opondo-se aos sentidos de *limite*, de *separação*.

Seguindo as considerações de Sturza (2006), a fundação de cidades geminadas ao longo da faixa fronteiriça do Brasil com os países da Bacia do Rio da Prata, entre elas Rivera-Livramento (Uruguai-Brasil) foi um dos fatores que intensificou os contatos sociais na região de fronteira, favorecendo o surgimento de um espaço de interações, sobretudo, no que diz respeito ao comércio. Nas últimas décadas do século XIX, período histórico em que as comunidades fronteiriças iniciaram seu processo de organização e municipalização, havia uma forte relação entre os municípios da fronteira banhados pelo Rio Uruguai, onde se desenvolviam atividades econômicas que caracterizavam a existência de um comércio supra-regional nestas localidades. Nesta época, a organização sócio-econômica da região ocorria à margem das nacionais. Conforme a mesma autora (2007), as cidades fronteiriças transformaram-se em pólos importantes para o escoamento da produção local, por via fluvial ou ferroviária, e para a entrada de mercadorias, o que impulsionou o crescimento da região baseada na integração com os países vizinhos, a Argentina e o Uruguai.

Em se tratando da fronteira referida no discurso de *Braguay*, a fronteira Rivera-Livramento, diversos episódios marcaram a peculiar relação estabelecida entre as comunidades vizinhas de ambos os lados da linha divisória. Entre os quais, destacamos a criação de um parque, o Parque Internacional, em 1943 construído num terreno situado na divisa entre as duas cidades, sendo sua construção financiada pelos governos de ambas as localidades. Na ocasião, o ministro brasileiro Marcondes Filho pronunciou um discurso no qual destaca como se caracterizavam estas relações:

Formamos ao sul do continente uma região por tal forma semelhante nos aspectos físicos, sem acidentes divisórios ou obstáculos naturais, que a continuidade se impõe e modela a própria comunhão de sentimento das populações convizinhas. Hábitos, costumes, processos econômicos e formação social, completam um quadro de existência espontânea peculiar. Brasileiros e uruguaios vivem num pacífico e permanente contato e suas relações não se restringem às atividades comerciais. (CAGGIANI, 1983, p.66).

Atualmente, as cidades de Livramento e Rivera formam a chamada *Fronteira da Paz*. De acordo com Sturza (2008, p.54), essa ideia é reforçada “não só pelo comércio que intensifica o ir e vir das comunidades vizinhas ao longo da faixa fronteiriça, mas pelo que ela representa em atividades de convivência e integração das relações socioeconômicas e culturais que ocorrem nessas regiões”.

Assim, podemos ver como as condições de produção constroem uma memória que é constitutiva de *fronteira*, incluindo também os sentidos de *integração*, em que os elementos diferentes, que o limite antes separava, não estão mais impedidos de se relacionar. De acordo com Hissa (2002, p.36), “o que foi concebido para por fim, para

delimitar territórios com precisão como se fosse uma linha divisória, espalha-se em uma zona de interface e de transição entre dois mundos tomados como distintos”.

Porém, podemos dizer que esta integração se dá no nível das relações sociais, comerciais e culturais. Pois existem leis que regulam alguns aspectos relacionados ao trânsito de habitantes entre os dois países, bem como importação de mercadorias, etc. Não há nenhum impedimento legal no que diz respeito à circulação dos moradores entre as duas cidades, porém, se desejam ir além das fronteiras de Livramento ou Rivera, adentrando assim o Brasil ou o Uruguai, devem obter uma autorização por meio de um visto que lhes permita sair da faixa de fronteira. Desse modo, é possível afirmar que a pretendida *integração* não se realiza plenamente. Outro exemplo é que, os brasileiros, ao comprar produtos importados nos *free-shops* em Rivera, não podem transportá-los além das fronteiras de Santana do Livramento sem antes pagar às autoridades correspondentes uma taxa adicional sob o valor das mercadorias adquiridas, quando este ultrapassa a cota de 300 dólares por pessoa. Outro fator regulador diz respeito ao acesso a produtos comercializados em zonas francas⁴ estabelecidas em pontos do território uruguaio, que apresenta certas restrições. Estes produtos podem ser vendidos com isenções fiscais somente para aqueles que forem considerados estrangeiros, o que limita seu consumo por parte dos próprios uruguaios. Portanto, vemos que alguns aspectos que caracterizariam esta fronteira como uma suposta *zona de integração* apresentam também certos limites e criam um mundo à parte, encerrado em si mesmo.

Vejamos outro enunciado [E2] produzido nas condições de produção de [E1], pelo mesmo falante, ocupando uma posição-sujeito-integrante:

[E2] *Nuestra intención es mostrar esta realidad a través de diferentes manifestaciones artísticas y culturales que en la práctica son “supranacionales”*⁵

Partindo de [E2], vemos que o sujeito que fala em nome de *Brugway* explicita o que propõe o projeto e em que plano irá se desenvolver. A realidade fronteiriça pretende ser materializada em um espaço simbólico⁶ conformado por manifestações artísticas e culturais que, ao serem caracterizadas como supranacionais, excedem os limites territoriais, promovendo um apagamento da separação imposta pelo reconhecimento da fronteira enquanto símbolo da divisão política entre os dois países (Brasil e Uruguai). Segundo Hissa (2002, p.34), “O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária que divide territórios”. Neste espaço simbólico, constitui-se um imaginário onde a *integração* se realiza alheia à separação estabelecida pelo *limite*; se tenta desconstruir o imaginário que atrela fronteira à existência de uma linha divisória, demarcatória. Assim, ao ser representada no espaço das artes, a fronteira passa a ser simbolizada como uma zona, um universo integrado, independente, unificador.

⁴ Reguladas pela *Ley de zonas francas*, n. 15.921 de 17/12/1987.

⁵ Nossa intenção é mostrar esta realidade através de diferentes manifestações artísticas e culturais que na prática são “supranacionais” [tradução nossa].

⁶ Tomamos a noção de espaço simbólico a partir das reflexões formuladas por Petri (2004, p.121).

CONCLUSÃO

A partir das reflexões que realizamos, acreditamos que o discurso de *Braguay* propõe uma re-significação da noção de fronteira em Livramento-Rivera, já que, ao pretender materializá-la no espaço das artes, provoca um deslocamento dos sentidos constitutivos de uma memória que a fazem significar contraditoriamente. No entanto, ao tentar negar pelo discurso os sentidos que a fazem ser interpretada como separação, o sujeito de *Braguay* termina por evocar a existência de discursos anteriores, e, conseqüentemente, de efeitos de sentido que reconstituem uma memória de litígios, onde a fronteira esta posta como ponto de divisão, está significada como limite.

Ao mesmo tempo, o discurso de *Braguay*, ao tentar privilegiar os sentidos de fronteira enquanto integração, propõe um deslocamento que se dá no nível do simbólico, por realizar-se no espaço das artes. Pois é nesse espaço simbólico que a fronteira irá mostrar-se também como integradora, pois, segundo Petri (2004, p.124) “o simbólico é aquele lugar onde o mesmo e o diferente são possíveis”.

Assim, consideramos que o discurso de *Braguay* não consegue apagar sentidos indesejados, e sim, simbolizar a fronteira como um espaço de coexistência de sentidos contraditórios. O universo fronteiriço é, por si mesmo, contraditório. Essa contradição está representada no discurso e o que se consegue, então, é um deslocamento dos domínios do limite, representados pela linha divisória. É como se a linha fosse “movimentada”, deixando de dividir os dois municípios e passasse a contornar as divisões das duas cidades com os municípios adjacentes (Rosário do Sul do lado brasileiro, Tacuarembó do lado uruguaio), formando assim um universo à parte, onde a *integração* se realiza.

REFERÊNCIAS

- CAGGIANI, Ivo. *Sant'Ana do Livramento: 150 anos de história*. Santana do Livramento: Ed. do Museu Folha Popular e ASPES, 1983. 1 v.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. totalmente revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras*. Inserções da Geografia na Modernidade. Belo Horizonte: Humanitas/UFGM, 2002.
- INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: *Organon*, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 35, v. 17, 2003.
- ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. (1983). Rolê de la Mémoire. In: *Linguistique et histoire*. Paris: CNRS, Trad. Papel da Memória, José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Péricles Cunha. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-235.

PETRI, Verli. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em contos gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmistificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins*. 2004. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2004.

STURZA, Eliana R. *Línguas de fronteira e política de línguas*. Uma história das idéias lingüísticas. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. Mi casa, su casa. In: *Discutindo língua portuguesa*, São Paulo - Brasil, p.42-47, 5 jun. 2007.

_____. Linha imaginária. In: *Discutindo língua portuguesa*, São Paulo - Brasil, p.54-57, jul. 2008.